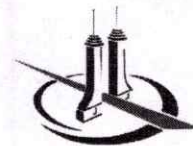


1º PERÍODO LEGISLATIVO - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 18ª LEGISLATURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA -PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/2023

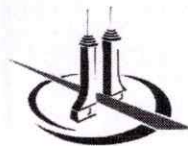
Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 10h43min, no Plenário da Câmara Municipal de Uruguaiana, o Poder Legislativo de Uruguaiana realizou Audiência Pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 3/2023, protocolado sob o nº 1420/2023/LEG, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o inciso I do artigo 45, da Lei 3.313, de 2003, que “Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, e dá outras providências”, com redação dada pela Lei n.º 3.425, de 2004, quanto ao regime de responsabilidade tributária”. A reunião foi aberta pelo presidente da Comissão, Ver. **Ver. Marcelo Cardoso Lemos**, que saudou os presentes, ficando a mesa dos trabalhos composta da seguinte forma: vereadores membros da Comissão especial, instituída pela Resolução nº 75/2023, **Marcelo Cardoso Lemos** e **Adenildo de Jesus Padovan**; e vereadores **José Clemente da Silva Corrêa**, **Antônio Egídio Rufino de Carvalho**, **Joalcei Alves Gonçalves**, presidente deste Poder Legislativo; Deputado Federal **Afonso Motta**; senhor **Luiz Manuel Trindade**, presidente do Sindicantabil; senhor **Luiz Henrique Barcellos Fanti**, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Uruguaiana; senhor **Alexandro Pavanato**, representando o Sindilojas. A presente reunião foi aberta pelo Ver. Marcelo Lemos, presidente da Comissão, que cumprimentou os presentes e explicou como seria a dinâmica da Audiência Pública. Na sequência, passou a palavra ao Secretário **Valdir Venes da Rosa**, que colocou a Secretaria da Fazenda à disposição, e de imediato passou a palavra ao Secretário Adjunto da Secretaria da Fazenda, **Ney Valdomiro Oliveira Rolim**, o qual saudou os presentes, e explicou que a alteração foi uma solicitação do terminal do aeroporto, que foi encaminhada à equipe técnica a qual verificou que alguns outros itens também estavam defasados na lei, passando a explanar sobre as alterações presentes no PLC nº 03 de 2023, realizando uma apresentação que está anexo ao processo. Na sequência, o Secretário, informou, a título de esclarecimento, que essa alteração veio a facilitar a arrecadação do município e agradeceu o adjunto. Após fizeram uso da palavra: 1) Ver. José Clemente da Silva Corrêa que saudou o Deputado, e explicou que o tema é bastante técnico, que um primeiro momento temos que ouvir, para após fazermos os questionamentos; 2) Ver. Joalcei Alves Gonçalves, saudou os presentes e enalteceu a iniciativa que trará esclarecimento sobre o projeto; 3) Luiz Henrique Barcellos Fanti, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Uruguaiana, disse que a alteração da lei não tem aumento de tributo, só atribui para o tomador

Deti



a responsabilidade de recolher o tributo, e o município já recebe antecipadamente. Entende que cabe aos contadores se guiar pelo Art. 45, especialmente para empresa de Uruguaiana que toma serviço de Uruguaiana; 3) Secretário da Fazenda, Valdir Venes da Rosa, fez um contraponto para esclarecer que este PLC encaminhado foi suscitado pelo contribuinte CCR, administradora do Aeroporto, mas beneficia a todos; 4) Ney Valdomiro Oliveira Rolim esclarece que a exceção está no Art. 45 A, para não haver confusão e complementar o que o Luis Fanti disse; 5) Alexandro Pavanato, representando o Sindilojas, compreende que a legislação precisa ser atualizada, e toda a alteração que vier para agilizar o processo será bem-vinda, que hoje em dia há um alto volume de legislação o qual se perde tempo interpretando, então toda a legislação que vem para agilizar contribui, e agradeceu o convite; 6) Luiz Manuel Trindade, presidente do Sindicontábil, cumprimentou os presentes e ressaltou a importância da participação dos profissionais contábeis, e entende que o projeto vem a melhorar a legislação, parabenizou o trabalho, e agradeceu o convite. Na sequência fez uso da palavra o Deputado Federal Afonso Motta, que entende muito procedente os conceitos colocados, referente a proposta examinada, onde estamos aperfeiçoando o conceito de substituição tributária. Explanou que a reforma tributária foi pensada de forma fatiada, não tem a intenção de fazer justiça tributária, sendo essa discussão mais ampla. A atual é uma simplificação para evitar questionamentos tributários e de consolidação de impostos. De um lado a união de dois impostos, ISS e ICMS, e de outro lado PIS e COFiNS, e isso será encarado de forma definitiva, no Senado. Disse que é importante termos clareza que houve um compromisso de não haver aumento de impostos e de certa forma haver um equilíbrio. O Senado irá aprofundar os cálculos e todos os segmentos estão acompanhando com largo interesse. Há uma expectativa de ser concluído até dezembro, havendo um período de transição se efetivando em 2026. Defende que a reforma é necessária, mas que na trajetória do nosso país os recursos se acumulam no Governo Federal, e cada vez mais responsabilidades são atribuídas aos municípios, sendo que o aperfeiçoamento da legislação tributária auxilia no desenvolvimento. A palavra foi colocada à disposição do plenário. Utilizou a Tribuna para participar o senhor Elivelton Fructos que solicitou que a fronteira oeste seja vista. Na sequência o Deputado Afonso Motta afirmou que as colocações do cidadão são procedentes e que foram colocadas as questões da BR 290, mas está destinada a verba para o primeiro trecho e quem sabe devemos provocar a questão da terceira via, temos uma representação política pequena e somos discriminados. Passou-se as considerações finais: 1) Secretário Valdir Venes da Rosa, expôs sua preocupação com a

mu



unificação ISSQN e ICMS, pois representa para nós 72 por cento da arrecadação. Hoje temos um repasse do FUNDEB 7 milhões a menos, aportando o município do recurso livre 2 milhões mês. Solicita a sensibilidade do Deputado com relação ao tema, o que pode representar a centralização do ISSQN e ICMS, e com essa mudança não sabemos quando irá voltar, agradeceu às entidades o apoio a mudança proposta e agradeceu a sua equipe e o privilégio de estar com o Deputado; 2) Ver. Adenildo de Jesus Padovan, perguntou ao Deputado se há previsão do início da ponte do Ibicuí, há um orçamento? o Deputado respondeu que está no PAC, e há 250 milhões para 2024 e 2025 e tem uma previsão pequena para a construção da ponte, que irá verificar e informará; 3) ver. José Clemente da Silva Corrêa, disse que apesar de três mandatos é sempre um aprendizado, ressaltado a presença do Deputado, sendo importante participação dos segmentos da sociedade; 4) Luis Manuel Trindade, disse que fica feliz em saber que o nosso Deputado entende que os municípios são os que mais precisam, pois é aqui que vive a sociedade, e que os recursos estejam nos municípios. Nada mais havendo a tratar, o presidente, Ver. Marcelo Lemos agradeceu os participantes e informou que em seguida a comissão emitirá parecer, agradeceu os presentes e declarou encerrada a reunião, às 12h10min. Para constar, eu, Érika Obes de Vargas, Auxiliar Técnico Legislativo, lavrei a presente ata, aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte três...eov/cmu..(25.08.2023). #####